

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS – CTEG – 02.09.2021

1 No segundo dia do mês de setembro de 2021, às 10h00min, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
2 Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 7ª Reunião Ordinária da Câmara
3 Técnica de Estudos Gerais, não presencial, através de plataforma online (Teams), tendo como pauta os
4 seguintes assuntos: **1- Abertura, apresentação e leitura da pauta; 2- Aprovação da minuta de ata da**
5 **reunião de 05.08.2021; 3- Apresentação sobre projetos contemplados de Auxílio à Pesquisa – Prof.**
6 **Dr. Luiz Fernando Duarte de Moraes (EMBRAPA); 4- Apresentação dos status das ações do Comitê**
7 **Guandu; 5- Assuntos Gerais. ITEM 1** – O coordenador da CTEG, Luiz Carvalheira (P.M. Miguel Pereira)
8 cumprimentou a todos. Após a abertura da reunião, a Secretaria Executiva realizou a leitura da pauta e
9 das regras da reunião. (00:01:55) **ITEM 2** – Os membros foram questionados se haveria alguma
10 contribuição, não havendo nenhuma manifestação contrária. Assim, a ata foi aprovada. (00:03:40) **ITEM**
11 **3** – O professor Dr. Luiz Fernando Duarte (EMBRAPA) fez uma breve introdução sobre o projeto e em
12 seguida, foi exibido um vídeo com a locução de Bárbara Costa (Consultora Ambiental e Doutoranda JBRJ),
13 contendo a apresentação do projeto “Subsídios ao Zoneamento Ambiental da APA Alto Pirai – Rio
14 Claro/RJ”. Foram apresentados os seguintes tópicos: a contextualização do projeto, a área/região de
15 abrangência, as sobreposições a outras Unidades de Conservação, os objetivos gerais e específicos do
16 projeto, a metodologia (etapas e diagnóstico), a análise de desmatamento e regeneração (transição
17 MapBiomas 1985-2018), classes de uso e cobertura da terra, alguns registros de trabalho de campo, a
18 setorização, os produtos e resultados obtidos com a pesquisa e as considerações finais. Ao final da
19 exibição do vídeo explicativo, Luiz Fernando Duarte (EMBRAPA), lembrou que este projeto contempla
20 a agenda de Infraestrutura Verde do MOP-Guandu. O mesmo comentou que o projeto pretende
21 compartilhar o conhecimento com gestores municipais em prol da saúde da bacia. (00:28:35) Em seguida,
22 Luiz Carvalheira (P.M. Miguel Pereira) questionou se o pagamento do PSA Rio Claro/RJ teria sido
23 realmente convertido em ações. Luiz Fernando Duarte (EMBRAPA) informou que este não fora o objeto
24 do presente estudo, mas que sem qualquer avaliação prévia, os valores necessários e previstos para que
25 as ações de restauração sejam escaláveis, são grandiosos. Hendrik Mansur (TNC) citou que seria
26 interessante o Comitê Guandu/RJ se envolver em formas de captar recursos externos (de outras fontes),
27 pois estes seriam interessantes para agregar a este tipo de projeto de restauração. Luiz Carvalheira (P.M.
28 Miguel Pereira) questionou se seria possível os pesquisadores apontarem quais regiões são as mais
29 degradadas para que os próximos investimentos em PSA fossem voltados para estas áreas (mapas). Luiz
30 Fernando Duarte (EMBRAPA) e Bárbara Costa (Consultora Ambiental e Doutoranda JBRJ) responderam
31 dizendo que este poderia ser um produto em curso de desenvolvimento, sob a forma de uma pesquisa de
32 doutorado. (00:39:40) Gilvoneick de Souza (Defensoria Socioambiental) citou que seria interessante o
33 Comitê ficar atento às alocações de recursos para reflorestamento nos municípios, para verificar se os
34 resultados são efetivos e se há alguma responsabilização por parte dos municípios. (00:45:00) Mauro
35 Pereira (Defensores do Planeta) comentou que a iniciativa do Projeto PSA é muito louvável, mas que todo
36 este processo deveria ser acompanhado de ações de educação ambiental atreladas aos ODS's.
37 (00:48:45) Sabina Campagnani (FURNAS) reforçou que o Comitê Guandu/RJ poderia auxiliar na captação

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS – CTEG – 02.09.2021

38 de recursos oriundos de fontes externas. Mauro Pereira (Defensores do Planeta) questionou se no
39 processo de implementação do Projeto PSA teve alguma ação de educação ambiental. Luiz Fernando
40 Duarte (EMBRAPA) reiterou que esta não fora uma responsabilidade do projeto apresentado nesta
41 reunião, mas que o estudo em questão, tratou de analisar exclusivamente a região da APA Alto do Pirai-
42 Rio Claro/RJ na tentativa de obter informações mais refinadas por setores sob a óptica da conservação,
43 mas que a possibilidade de integração com agentes locais seria possível. Por fim, ainda em sua fala, Luiz
44 Fernando Duarte (EMBRAPA) agradeceu e parabenizou o apoio dado pelo Comitê Guandu/RJ para o
45 desenvolvimento desta pesquisa. (00:57:05) **ITEM 4** – Leandro Oliveira (AGEVAP) realizou a
46 apresentação sobre o status das ações do Comitê Guandu/RJ no âmbito da AGEVAP, contemplando os
47 programas e projetos. A apresentação abordou os seguintes conteúdos: as agendas prioritárias do PERH,
48 os aspectos legais a serem cumpridos (leis, resoluções, auditorias e procedimentos internos), os contratos
49 em andamento, os contratos finalizados recentemente e as novas contratações. (01:26:45) Gilvoneick de
50 Souza (Defensoria Socioambiental) elogiou a apresentação, mas disse ter sentido falta de algo voltado
51 para a responsabilização dos gestores municipais contidos no território na apresentação. Leandro Oliveira
52 (AGEVAP) explicou que para todos os projetos há um instrumento contratual (acordo de cooperação
53 técnica), que define as responsabilidades entre as partes (comitê, agência delegatária e município), além
54 do grupo de acompanhamento. (01:30:43) Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) sugeriu que os grupos
55 de trabalhos pudessem apresentar os seus projetos nas reuniões da CTEG. Mauro André dos Santos
56 Pereira (Defensores do Planeta) questionou se a sociedade civil não teria know-how suficiente para
57 executar projetos de educação ambiental, uma vez que sempre lhe é informado sobre a necessidade de
58 contratação de empresas para a realização desses projetos. (01:34:00) O mesmo também lembrou
59 sobre o não atendimento de seu pedido de recebimento do Termo de Referência do Programa de
60 educação ambiental, ao que foi informado que o termo de referência foi discutido nas reuniões da gestão
61 anterior do GTEA, apresentado na CTEG e que o mesmo já está disponível no site, cujo link da publicação
62 do certame foi disponibilizado no chat. Gilvoneick de Souza (Defensoria Socioambiental) concordou com
63 a fala do Sr Mauro Pereira (Defensores do Planeta), e reforçou que seria interessante haver a contratação
64 de profissionais com uma certa expertise e com algum certo conhecimento do território (local). Leandro
65 Oliveira (AGEVAP) informou que deve ser seguido algumas etapas definidas por leis e resoluções que
66 limitam a liberação/disponibilização do documento do Termo de Referência ao público. Mas que após a
67 finalização do documento, este será divulgado no site da AGEVAP para acesso público. Quanto aos
68 critérios técnicos, Leandro Oliveira (AGEVAP) ressaltou que há uma etapa de avaliação técnica ao longo
69 do processo de contratação, ou seja, antes mesmo da definição da contratada – e que a participação é de
70 ampla abertura. (01:47:05) Hendrik Mansur (TNC) pontuou que a agência delegatária não se trata de
71 apenas uma prestadora de serviços, mas sim um ente do Sistema de Gerenciamento de Recursos
72 Hídricos e que de modo geral, fortalecer as agências delegatárias é o equivalente a fortalecer
73 conjuntamente os comitês. O mesmo também lembrou que temas como educação ambiental e mudança
74 climática tornaram-se itens presentes na agenda do comitê. E por fim citou que quanto aos Termos de

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS – CTEG – 02.09.2021

75 Referências, o comitê tem liberdade para poder deliberar o que deseja, e que a execução deve estar
76 enquadrada dentro de argumentos legais, mas que o comitê pode solicitar detalhamentos à delegatária
77 um entendimento para checar se o que foi solicitado está sendo de fato contemplado, cabendo a ambas
78 as partes um respeito mútuo às questões legais, como por exemplo, ser um edital de ampla concorrência
79 (empresas e sociedade civil). (01:56:40) **ITEM 5** – Gilvoneick de Souza (Defensoria Socioambiental)
80 informou que a CEDAE estaria sendo agraciada com um Prêmio FIRJAN de qualidade ambiental em
81 alguns setores, mas que, no entanto, no ponto de captação do Guandu, houve ocorrências de reclamações
82 oriunda de pescadores devido ao aumento da mortalidade de peixes naquele local. Mauro André dos
83 Santos Pereira (Defensores do Planeta) informou que a Defensores do Planeta ganhou o Prêmio CREA
84 de meio ambiente, e que o prêmio será entregue no dia 20/09/2021. Por fim, e por não haver mais assuntos
85 a discutir, a reunião foi encerrada às 12h03min. Eu, Marcelo Cruz, tomei a termo esta ata que segue
86 assinada por:

87
88

Luiz Fernando Carvalheira
(P.M. Miguel Pereira)
Coordenador

Orlando de Souza Pereira
(Associação Vale Verdejante)
Subcoordenador

89
90

Presentes:

91 Thales dos Santos Fernandes (LIGHT); Mayná Coutinho Morais (CEDAE-Saneamento); Mauro André dos
92 Santos Pereira (Defensores do Planeta); Luiz Fernando Carvalheira (P.M. Miguel Pereira); Sabina
93 Campagnani (FURNAS); Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi); Tauann Fernandes Ferreira Domis
94 (P.M. Mendes).

95

96 **Convidados:**

97 Luiz Fernando Duarte de Moraes (EMBRAPA); Bárbara Costa (Consultora Ambiental e Doutoranda JBRJ);
98 Hendrik Mansur (TNC); Gilvoneick de Souza José (Defensoria Socioambiental); Fatima Rocha (AGEVAP);
99 Nathália Vilela (AGEVAP); Leandro Oliveira (AGEVAP); Antonio Souza (AGEVAP); Gabriela Teixeira
100 (AGEVAP); Maria Adelaide (AGEVAP); Marcelo Cruz (AGEVAP).